

A Caminho da Unidade da Igreja

Anotações a respeito do Documento de Lima sobre batismo, eucaristia e ministério

Gerhard Tiel

I. Notas prévias

“Doutrina separa, mas serviço unifica”!

Isso foi formulado, no ano de 1922, durante a preparação da primeira conferência do movimento ecumênico “Life and Work” (Vida e Obra)⁽¹⁾ Por trás desta fase está a experiência que os conflitos de muitos séculos entre os cristãos só tinham levado ao surgimento de mais igrejas e denominações, mas não a maior unidade.

A fundação de “Vida e Obra” foi, então, uma tentativa de buscar a unidade das igrejas duma maneira diferente, por um caminho, onde evidentemente não se esperavam desavenças teológicas, ou seja, no trabalho e serviço prático e ético-cristão em meio aos focos de discrepâncias sociais deste mundo.

“Doutrina separa, mas serviço unifica”!

O tema da minha prelação de hoje é: “Anotações a respeito do documento de Lima sobre batismo, eucaristia e ministério”. Este documento é o resultado do trabalho do outro grande caudal do movimento ecumênico “Faith and Order” (Fé e Constituição). “Fé e Constituição” estava tentando exatamente aquilo que “Vida e Obra” pensou ser impossível, isto é: Eles tentaram buscar a unidade pelo caminho da unificação na doutrina. “Fé e Constituição” é a tentativa de reconciliar doutrinas diferentes uma com a outra.

(1) Ruth e NEILL Stephen, **Geschichte der ökumenischen Bewegung (1517-1948)**, 2. ed., v.2, Göttingen, Vandenhoeck Ruprecht, 1973, p. 177.

Este tema é doutrinário, dogmático e portanto nada fácil de ser tratado. Batismo, eucaristia e ministério são assuntos bastante difíceis. Já o são na teologia luterana e mais ainda num contexto ecumênico, ou seja, na teologia católica, ortodoxa e outras. Levando em conta estas dificuldades, eu posso entender a opinião ouvida especialmente aqui no Brasil e em outros países do terceiro mundo: “Nós não estamos mais interessados naquelas questões teóricas e em conceitos abstratos. O que conta é a prática da fé diante dos problemas candentes do nosso tempo”!

Não seria inútil o esforço de ficar debatendo questões tão antigas? Quem se interessa por estes problemas? Não seria melhor esquecer toda a problemática doutrinária e **fazer** a vontade de Deus em meio aos problemas sócio-políticos de nosso mundo? Eu posso entender tal impaciência engajada. Me sinto obrigado a defender minha opção de tema. O problema é a relação entre teoria e prática. Trata-se de um problema muito complicado especialmente na teologia atual. Naturalmente eu não posso descrever toda a problemática. Isto seria uma tarefa especial. Eu só quero colocar três teses curtas para justificar minha opção de tema.

1. Os pontos mencionados (batismo, eucaristia e ministério) são de grande importância e até sagrados para muitos cristãos

Não é simplesmente assim que batismo, eucaristia e ministério fossem de menor importância para todos cristãos e que só a prática interessasse. Ao contrário, talvez para a maioria a doutrina é de maior importância. Pode-se lamentar sobre este fato mas não se pode fechar os olhos para esta realidade. Então seria uma ilusão acreditar que a unidade das igrejas pode ser encontrada pelo caminho da prática somente. É uma ilusão acreditar que a unidade das igrejas possa ser encontrada sem reflexões doutrinárias. Não será ecumenismo se excluirmos nossas irmãs e nossos irmãos para os quais estas questões mencionadas são de grande importância e até sagradas.

2. Sem discussão dogmática perderíamos o passado, não teríamos o presente nem tampouco o futuro

Isto parece uma banalidade, mas é uma banalidade que não deve ser esquecida. Esquecê-la sempre é perigoso. Pois existe uma tendência estranha de acreditar que o passado não tem influência alguma sobre o presente e muito menos ainda sobre o futuro. A tentativa de esquecer o passado é muitas vezes um ato de repressão. Mas esta tentativa

sempre é perigosa. Cito um exemplo. Na Alemanha muita gente quer esquecer o seu passado fascista. O resultado é que o fascismo está surgindo outra vez numa feição diferente, mas é o mesmo fascismo. Passado não digerido tem a tendência de se repetir. Aplicando isto a nossa pergunta podemos dizer que as desavenças em torno de batismo, eucaristia e ministério — muito controvertidas no passado das igrejas — não podem ser resolvidas por esquecimento pelo caminho da 'pura' prática. Estas desavenças ainda estão determinando o presente e vão determinar também o futuro caso não sejam novamente refletidas e tratadas responsabilmente num contexto ecumênico.

3. Entre teoria e prática existe uma relação dialética

Não posso expor esta relação minuciosamente. Limito-me a dizer que só aquele que reflete sobre a teoria muito intensivamente vai progredir na prática; e só quem está extremamente comprometido na prática vai ter condições de entender a teoria e seus efeitos políticos. Ou formulado diferente: Cada prática que desiste de refletir sobre as raízes da nossa fé ficará indistintamente aberta para toda e qualquer influência e ideologia. E uma teoria não comprometida com a prática vai ser — sem o querer — um instrumento político nas mãos dos poderosos; vai ser prática em mau sentido. Ou mais simples: Não existe teoria sem prática; e não existe prática sem teoria.⁽²⁾

Estas rápidas observações devem bastar para defender minha opção de tema. Espero que tenha ficado um pouco mais clara a razão por que eu considero importante a declaração de Lima sobre batismo, eucaristia e ministério, apesar dos urgentes problemas de nosso tempo com as quais a igreja se defronta e ainda que sejam conhecidas minhas simpatias com uma igreja política e socialmente ativa.

Antes de entrar em reflexões sobre esta declaração são necessárias algumas observações prévias a respeito da história desta declaração.

II. Breve história do documento

A chamada declaração de convergência sobre batismo, eucaristia e ministério foi votada por unanimidade em 12 de janeiro de 1982 pelos 120 participantes da conferência de "Fé e Constituição" em Lima.⁽³⁾

(2) Para as ciências naturais, cf. Carl Friedrich von WEIZSÄCKER, **Der Garten des Menschlichen**, Frankfurt/M, Büchergilde Gutenberg, 1981, p. 101ss.

(3) LORENZ, Wolfgang. Die Lima-Erklärung über Taufe, Eucharistie und Amt. Chance und Herausforderung. Anmerkungen aus evangelisch-freikirchlicher Sicht. In: **Ökumenische Rundschau**, v.1, Frankfurt/M, janeiro 1985, p. 26-41.

Esta declaração naturalmente não caiu do céu nem surgiu duma inspiração súbita mas é o resultado dum processo de muitos anos. Este processo está indissolúvelmente ligado ao trabalho da comissão ecumênica "Fé e Constituição". Não tenho o tempo aqui para contar tudo sobre o caminho desta comissão, sem a qual o movimento ecumênico teria sido impossível. Juntamente com a outra grande comissão ecumênica "Vida e Obra", a comissão "Fé e Constituição" é um dos dois grandes caudais que se fundiram no ano de 1948, em Amsterdam, formando o CMI (Conselho Mundial de Igrejas). Eu cito um teólogo ecumênico: "Quando, depois de muitos séculos de separação confessional, nasceu em nosso século o movimento ecumênico, o interesse principal esteve voltado para o trabalho da missão... assim como para questões práticas na área ético-social. A Primeira Guerra Mundial não só significou extermínio e miséria para muitas pessoas mas também marcou o desmoronamento duma cultura de cunho cristã, conforme constataram especialmente cristãos na Ásia e na África e noutras regiões de missão. Sob a impressão destes acontecimentos nasceu o movimento "Vida e Obra" que se voltava para as tarefas práticas, sob exclusão consciente das questões de doutrinas controvertidas.

Mas ao mesmo tempo se reconheceu que uma colaboração das igrejas ou até a unidade não se realizaria, se as questões doutrinárias continuassem suprimidas. Isso conduziu à primeira conferência mundial de "Fé e Constituição", em 1927".⁽⁴⁾ Isso significa que a tarefa de "Fé e Constituição" foi, de saída, discutir as questões doutrinárias que estavam separando as igrejas. Então se pode retroceder na história da declaração de Lima até a primeira conferência de "Fé e Constituição", em Lausanne, no ano de 1927. Já então tinha se discutido sobre as questões que encontraram sua formulação provisória no documento de Lima.

Desde então se realizaram muitas destas conferências mundiais de "Fé e Constituição". Desde 1948 foram também importantes para o trabalho os relatórios finais das assembléias gerais do CMI. Durante estas diversas conferências os temas da declaração de Lima estavam sempre na ordem do dia com exceção do batismo, que foi tratado mais tarde. Nós vamos ver por quê.

Pode-se caracterizar o método de trabalho nestas conferências mundiais de "Fé e Constituição" e outras como "eclesiologia comparati-

(4) GELDBACH, Erich. Vorgeschichte und Rezeption. In: **Kommentar zu den Lima-Erklärungen über Taufe, Eucharistie und Amt**. Göttingen, Vandenhoeck & Ruprecht, 1983, p. 7.

va“(5) Este conceito significa: As tradições diferentes das igrejas foram comparadas para descobrir pontos comuns, atenuar diferenças ou entender melhor as diferenças. “O complexo de pontos conflitantes surgido neste século devia ser estudado sempre e sempre de novo até que ponto por ponto pudesse ser eliminado — liquidando com as razões de separação”.(6)

Mas este método da “eclesiologia comparativa” foi logo considerado insuficiente. A mera comparação das tradições diferentes não levou a uma maior unidade. Surgiu, pois, a vontade de redigir um texto em que pela primeira vez não se acentuassem as diferenças mas sim aquilo que todas igrejas pudessem confessar em conjunto. Eu acho que tal esforço não deve ser desprezado. Eu mesmo — como confirmando — tive que decorar esta famigerada octogésima pergunta do catecismo de Heidelberg: “Qual a diferença entre a Santa Ceia e a missa papal?” E a resposta reza: “A missa no fundo não é nada mais que um negar do único sacrifício de Jesus Cristo e uma maldita idolatria”. Vocês vão admitir, que com tais formulações um ecumenismo entre a igreja protestante e a igreja católica poderia ser um pouco difícil.

Portanto, pela primeira vez se tentou, à parte de toda e qualquer polêmica, não acentuar as diferenças mas os pontos comuns — um avanço ecumênico muito importante. Originalmente a comissão “Fé e Constituição” trabalhava com o conceito “consenso”, mas particularmente porque as igrejas ortodoxas se opuseram a este conceito, resolveram adotar finalmente em Lima o conceito “convergência”.

Qual é a diferença entre “consenso” e “convergência”? No prefácio do documento de Lima consta: Consenso é “compreendido aqui como a experiência de vida e de expansão da fé necessária para realizar e manter a unidade visível da Igreja... Um consenso completo não pode ser proclamado senão depois das Igrejas terem atingido o ponto em que elas podem viver e agir em conjunto na unidade”.(7) Como nem a comissão “Fé e Constituição” nem o CMI têm a competência para falar em caráter compromissório em nome de todas as igrejas e cristãos, não foi possível usar o conceito “consenso” para a declaração. O conceito usado “convergência” é um passo anterior ao “consenso”, mas é um passo necessário e importante. Quem conhece só um pouco as diferentes com-

(5) op. cit.

(6) op.cit. p.8

(7) Batismo, Eucaristia, Ministério. Convergência da fé.2.ed, CONIC/CEDI, Rio de Janeiro, 1984, p.7.

preensões sobre batismo, eucaristia e ministério das igrejas bem como as confissões desenvolvidas ao longo dos séculos, saberá valorizar uma tentativa deste tipo.

Neste contexto é importante saber, que na comissão “Fé e Constituição” quase todas as igrejas cristãs e confissões estão representadas. Aliás, a Igreja Católico-Romana está colaborando nesta comissão como membro efetivo, ainda que até hoje ela não seja membro do CMI.

Então: A declaração de convergência de Lima sobre batismo, eucaristia e ministério é o resultado dum intensivo trabalho ecumênico de quase cinqüente anos.⁽⁸⁾ É uma declaração de convergência, não de consenso; muitos pontos duvidoso não estão resolvidos. Isto é preciso saber ao se avaliá-la

A propósito, todas as igrejas estão convidadas a examinar esta declaração minuciosamente e solicitadas a dar “uma resposta oficial a este texto, no mais elevado nível conveniente de autoridade, seja um Conselho, seja um Sínodo, seja uma Conferência, seja uma Assembléia ou qualquer outra instituição”⁽⁹⁾

Uma resposta oficial da IECLB também existe.⁽¹⁰⁾ A IECLB recomenda nesta resposta: “É realista ver no texto um qualificado documento de estudos a serem levados a efeito não só a nível de comissões internacionais, mas muito antes a nível do relacionamento concreto das Igrejas “in loco”. Justamente aí ele desenvolverá, assim julgamos, sua dinâmica ecumênica”.⁽¹¹⁾

Com esta valiosa recomendação de estudo, a qual eu estou tomando a peito por meio desta prelação, eu concluo a parte histórica.

III. Anotações sobre o documento de Lima

É muito claro que eu não posso explicar toda a declaração minuciosamente. As influências teológicas da parte da Igreja Católica, Ortodoxa, Protestante e outras são tão diferentes, que eu não posso descrever aqui todos os problemas complicados e compará-los sob consideração especial da tradição luterana. Eu só posso dar hoje uma impressão geral da problemática. Portanto, eu só quero escolher **um** ponto de cada parte

(8) THURIAN, Max. Wie steht es mit der Ökumene? In: **Ökumenische Rundschau**. v.4, Frankfurt/M, outubro 1983, p. 401.

(9) Batismo, Eucaristia, Ministério, p. 9.

(10) Resposta do Conselho Diretor da IECLB ao documento de Lima: Batismo, Eucaristia, Ministério.

(11) op. cit. art. 2.1.2.

da declaração, que na minha opinião é importante. Correspondendo aos três temas do documento, tenho três questões a apresentar:

1. Batismo de crianças ou batismo de adultos?
2. Eucaristia ou blasfêmia?
3. Igreja de bispos ou comunidades de base?

1. Batismo de crianças ou batismo de adultos?

Na discussão ecumênica o batismo foi tratado mais tarde do que a eucaristia e o ministério. A razão principal foi que a controvérsia na igreja protestante sobre a questão: "Batismo de crianças ou batismo de adultos"? parecia insolúvel. As igrejas protestantes principais, que praticam o batismo de adultos, são as seguintes: a Igreja Batista, os Menonitas, os Brethren, os Disciples of Christ, algumas Igrejas Pentecostais e algumas Comunidades Evangélicas Livres.

Ainda que as práticas de batismo e as interpretações sejam diferentes, estas igrejas têm como característica principal só batizarem adultos, os quais fizerem uma confissão de fé pessoal e foram preparados para seu batismo num prazo adequado.

Por outro lado a tradição do batismo de crianças está profundamente enraizada em nossa igreja e é desejada para as crianças mesmo por parte de pais que não têm mais nenhuma relação com a igreja.

Para entender melhor o conflito entre as próprias igrejas protestantes a respeito desta questão, basta lembrar, que as igrejas praticantes do batismo de adultos tiveram que lutar durante muitos séculos por este direito.

A situação só mudou, quando a Igreja Ortodoxa se associou ao CMI. Pela abertura teológica do CMI, que tinha sido até ali principalmente uma instituição protestante, começou uma nova fase do diálogo. Importante também foi a situação na Igreja Católica depois do Concílio Vaticano II, que promoveu uma abertura mais ecumênica desta igreja. Tudo isso deu um impulso novo também à discussão em torno do batismo.⁽¹²⁾

A declaração de Lima reflete esta discussão. Por causa da teologia ortodoxa nós podemos encontrar no documento não só duas formas de batismo, mas três. Falando agora destas formas de batismo quero mostrar que para todas as formas existem bons argumentos e contra-argumentos.

(12) MUDGE, Lewis. Konvergenz über die Taufe. In: THURIAN, Max. (ed) **Ökumenische Perspektiven von Taufe, Eucharistie und Amt**. Paderborn, Bonifatius Druckerei, 1983, p. 38s.

1.1. Batismo de adultos

No documento de Lima é dito com muita clareza: “O batismo depois de uma profissão de fé pessoal é a forma mais claramente atestada nos documentos do Novo Testamento”, (batismo art. 11) É possível que o batismo de crianças tenha sido praticado no período apostólico, mas faltam provas. O tempo da cristandade primitiva é um tempo da confissão e do martírio. A confissão ao Kyrios ressuscitado foi um ato público da recusa de todos os outros deuses. “Jesus é o Kyrios”! foi portanto a primeira confissão de batismo.

Pelo batismo de adultos, que antes fizeram uma confissão de fé pessoal, é acentuada a conexão íntima entre batismo e fé. O batismo significa neste sentido uma acolhida comprometida na comunidade cristã.

Poder-se-ia perguntar criticamente se tal compreensão não acentuaria demais o ato das pessoas. A confissão de fé pessoal como condição do batismo pode relegar ao esquecimento, que a graça de Deus não pode ser merecida por esforço nenhum do homem. A graça e amor de Deus precedem toda ação humana.

É preciso lembrar ainda outro aspecto: Cada confissão de fé de um ser humano é imperfeita, é expressão subjetiva de uma fé existente naquele momento, mas de uma fé que tem que crescer e afirmar-se sempre de novo em tentações sempre novas.

1.2. Batismo de crianças

Como já foi mencionado, o batismo de crianças não pode ser provado com a Bíblia. É resultado de um processo político-teológico. Até o quarto século predominava o batismo de adultos. Embora ainda em torno do ano 125 se batizassem adolescentes, ó Tertuliano, em torno de 200, testemunhou o batismo de bebês, que ele aliás combateu vigorosamente.

Dois fatos foram decisivos para a vitória do batismo de crianças no quarto século: **Politicamente**, a formação da Igreja estatal, depois de Constantino, o Grande. Se em todo caso qualquer cidadão adulto fazia parte desta igreja, porque não batizar logo bebês?

Mais importante talvez seja o argumento **teológico**, principalmente a doutrina do pecado original de Agostinho. A doutrina do pecado original diz, que já o bebê devido à geração e ao nascimento em pecado — participa do mundo tornado pecador pelo pecado original de Adão. O batismo é o “banho de renascimento”, que liberta deste enredamento

pecador fatal. A doutrina do pecado original praticamente exige o batismo de crianças, o qual se impôs no concílio de Cartago, em 418. Nesse concílio foi constatado, que crianças não-batizados são condenadas.

De passagem, é interessante observar, que a doutrina do pecado original e sua seqüela, que é o batismo de crianças, foram desenvolvidas por Agostinho, um homem, que foi ele próprio batizado como adulto, junto com seu filho ilegítimo de catorze anos.

Talvez a CA e Lutero nos possam ajudar. No artigo 9 da CA é dito concisamente: "Do batismo ensinam que é necessário para a salvação, que pelo batismo é oferecida a graça de Deus, e que devem ser batizadas as crianças, as quais, oferecidas a Deus pelo batismo, são recebidas na graça de Deus". Não tenho o tempo aqui para provar, que no fundo desta formulação se pode encontrar a mesma doutrina do pecado original, que leva para a condenação caso não houver renascimento pelo batismo e Espírito Santo, segundo, o artigo dois da CA.

Para Lutero mesmo estava claro, que o batismo de crianças remontava aos próprios apóstolos. Ele exigiu um batismo de crianças **puro**, não gostando das cerimônias da Igreja Católica, as quais lhe traziam à lembrança o batismo de adultos. Mas importante para Lutero é a conexão entre fé e batismo. Usando o conceito famoso de "gratia praeveniens" (graça preveniente), Lutero (e Calvino também) faz referência à doutrina já desenvolvida na Idade Média de uma fé das crianças escondida⁽¹³⁾ Não é fácil fundamentar uma fé das crianças escondida. Segundo Lutero as crianças são trazidas pelos pais crentes como crianças que não tem uma fé própria. Em virtude da graça preveniente elas recebem esta fé no batismo como presente.

É claro que este conceito de uma fé das crianças escondida não foi suficiente para fundamentar o batismo das crianças; Conseqüentemente foi necessário estabelecer outra instituição para que esta fé escondida se torne uma fé manifesta. Eu estou falando da confirmação que é, na Igreja Luterana e noutras, uma conseqüência necessária desta forma do batismo. Na confirmação o cristão adulto repete na mesma hora a confissão de fé antes feita vicariamente pelos seus pais e padrinhos na frente de toda a comunidade.

Antes de refletir um pouco sobre este conceito do batismo de crianças, eu quero mencionar ao menos a segunda forma do batismo de crianças encontrada especialmente na Igreja Ortodoxa.

(13) WEBER, Otto. **Grundlagen der Dogmatik**. 2.ed., v.2, Neu Kirchen, Neukirchener Verlag, 1972, p. 670.

Na Igreja Ortodoxa todo batismo é combinado com o ato de selar o batizamento com o dom do Espírito Santo e sua participação na eucaristia. Nesta concepção da Igreja Ortodoxa um batismo não é completo sem crisma, confirmação e eucaristia.⁽¹⁴⁾ O bebê participa da fé dos seus pais, e até crê ele mesmo.⁽¹⁵⁾ Depois do batismo ele recebe a comunhão em forma de pequena partícula da comunhão. A comunhão das crianças é uma coisa natural.

Positivo nestas duas formas do batismo de crianças é, que elas são levadas a sério como seres humanos completos. Crianças são amadas por Deus. Eu gosto da idéia da graça preveniente. Graça e fé são principalmente presentes de Deus e não estão vinculadas a uma concepção especial do ser humano. Mas não posso acreditar nessa concepção de uma fé das crianças escondida. É um fato que no Novo Testamento e também na práxis da cristandade primitiva o batismo é ligado indissolúvelmente com uma fé pessoal que crianças não tem.

Talvez vocês possam entender agora as dificuldades de se conseguir um acordo entre as igrejas que defendem o batismo de adultos e aquelas que favorecem o batismo de crianças. Para todas as formas diferentes do batismo existem bons argumentos pró e contra.

Então, o que nos oferece o documento ecumênico de Lima? Eu acentuaria quatro pontos:

1. As três formas diferentes do batismo são colocados como uma práxis cristã possível. Isto não se deve subestimar! Se vocês considerarem quão acirrada foi a luta em torno do batismo, a aceitação mútua das formas diferentes do batismo é uma enorme progresso ecumênico.
2. O documento elabora teologicamente as diferenças entre o batismo de adultos e de crianças. Mas simultaneamente é constatado que existe também alto grau de concordância. P.ex.: a participação da comunidade crente; a fundamentação bíblica do batismo; a conexão indissolúvel entre batismo e fé, expressada pela confissão de fé pessoal antes do batismo ou pela confirmação, sendo que esta não significa um limite do desenvolvimento cristão. Essas duas formas do batismo necessitam de "uma

(14) GELDBACH, Erich. Taufe. In: **Kommentar zu den Lima Erklärungen über Taufe, Eucharistie und Amt**. Göttingen, Ed. Vandenhoeck & Ruprecht, 1983, p. 38.

(15) "A prática do batismo de crianças insiste na fé comunitária e na fé que a criança partilha com os seus pais. A criança nasceu num mundo dividido e partilha essa ruptura. Pelo batismo, a promessa e o apelo do Evangelho pousam sobre a criança. A fé pessoal do batizado e a sua participação fiel na vida da Igreja são essenciais para que o batismo produza todos os seus frutos" (Lima, batismo, art.12, comentário).

redescoberta do caráter permanente da formação cristão". (Lima, batismo, art. 12, comentário).

3. O documento critica uma práxis indiscriminada do batismo,⁽¹⁶⁾ crítica esta que atinge a nossa igreja também. É um fato que em nossa igreja muitos pais não tomam o batismo mais a sério do que a vacinação preventiva. Eu não tenho tempo aqui para refletir sobre essa prática. Basta apenas lembrá-la.

4. O documento convida todas as igrejas a aceitar mutuamente o batismo como batismo completo. Cada prática que possa ser interpretada como um "re-batismo" deve ser evitada.⁽¹⁷⁾ Isso seria um progresso ecumênico enorme também. A Igreja Católica já renunciou a um "re-batismo" no novo Código da Lei Canônica.⁽¹⁸⁾ E todas as igrejas que praticam uma forma de re-batismo — eu ouvi dizer que existe uma práxis como essa também aqui no Brasil — são exortadas a deixar da mesma.

No fim desta parte sobre a convergência no batismo resta uma pergunta interessante: Uma aceitação mútua do batismo não significa automaticamente uma aceitação mútua das igrejas? O documento se cala sobre essa consequência lógica. O caminho para a unidade das igrejas de modo algum passará ao largo da eucaristia e da questão do ministério.

2. Eucaristia ou blasfêmia?

A eucaristia é tratada na segunda parte do documento de Lima. No âmbito protestante o termo "Santa Ceia" é mais comum. Nas Igrejas Ortodoxas, na Igreja Católica e cada vez mais no âmbito ecumênico usa-se o termo "eucaristia" que foi usado cedo na história da igreja e significa "agradecimento". Ele acentua não só o aspecto da ceia, mas também toda a cerimônia litúrgica: louvor, confissão e sacrifício. Ao lado dos termos "Santa Ceia" e "Eucaristia", a expressão do Novo Testamento "Ceia do Senhor" vem se destacando novamente nos últimos tempos no âmbito ecumênico.⁽¹⁹⁾

Eu acho que não preciso ressaltar que as concepções diferentes da Santa Ceia ou Eucaristia ou Ceia do Senhor produziram separações das

(16) Lima, batismo, art. 21, comentário.

(17) op. cit. art. 13.

(18) Codex Iuris Canonici. 2.ed. Kevelaer Ed. Butzon & Bercker, 1984, Can. 869 § 2.

(19) KRÜGER, Hanfried e outros (ed.). **Ökumene — Lexikon. Kirchen, Religionen, Bewegungen.** Frankfurt am Main, Ed. Otto Lembeck e Josef Knecht, 1983 verbete: "Abendmahl".

igrejas, não só entre a Igreja Católica e a Evangélica — lembro apenas aquela famigerada pergunta do catecismo de Heidelberg, já mencionada — mas também entre os luteranos e os reformados. Em todas as nossas queixas do progresso ecumênico mínimo, especialmente na questão da eucaristia, é bom nós evangélicos lembrarmos-nos de que só no ano de 1972 é que se realizou um acordo entre os luteranos e reformados com a famosa Concórdia de Leuenberg.

A influência da Igreja Ortodoxa na formulação da convergência sobre a eucaristia foi muito forte. Como não posso pressupor aqui um conhecimento detalhado do pensamento ortodoxo, não será possível uma crítica teológica desta convergência em toda a sua profundidade. Conforme mencionado, seria tarefa de seminário investigar todo o emaranhado destas questões, como p. ex.: fundamentos exegéticos da eucaristia, anamnese, memorial, epiclese e sacrifício, transsubstanciação e consubstanciação, presença real ou simbólica, a doação misericordiosa de Deus ao pecador e a resposta da comunidade pelo louvor e agradecimento, além de muitas outras questões. Seria uma tarefa empolgante examinar minuciosamente a tendência da declaração e a direção em que está se movendo.

Como no documento sobre o batismo, quero limitar-me a um aspecto deste documento, um aspecto que surpreende por ser menos controvertido.

Para esclarecimento, vou citar o início do novo livro de Leonardo e Clodovis Boff com o título: "Como fazer Teologia da Libertação": Uma senhora de 40 anos, mas aparentando 70, aproximou-se do padre após uma missa e penalizada dizia: "Padre, comunguei sem ter confessado antes". "Como foi, minha filha"? — perguntou o padre. "Padre, respondeu a mulher, eu cheguei um pouco tarde, quando o Sr. já havia começado o ofertório. Já há três dias que só tomo água e pão tenho comido nada; estou morta de fome. Quando vi o Sr. distribuindo a comunhão, aquele pedacinho de pão branco que é a Eucaristia, fui comungar, só para aliviar a fome com um pouco daquele pão"! O padre encheu os olhos de lágrimas. Lembrou-se das palavras de Jesus: "Minha carne (pão) é verdadeira comida... quem de mim se alimenta, por mim viverá" (Jo 6.55, 57).⁽²⁰⁾

E os Boff concluem: Por detrás da Teologia da Libertação — e ousado concluir, por detrás da eucaristia também — "está a percepção de

(20) BOFF, Leonardo e Clodovis. **Como fazer Teologia da Libertação. Coleção FAZER/17-18.** Petrópolis, Ed. Vozes, 1986, p.11.

realidade escandalosas como estas acima descritas, que existem não só na América Latina mas em escala mundial por todo o Terceiro Mundo".⁽²¹⁾ Ou formulado de outra maneira: Na eucaristia trata-se também do pão real, de fome real. A eucaristia não deve ser arrancada das conexões históricas e políticas, que fazem as pessoas sofrer.

Para isso cito uma testemunha bastante renomada, o apóstolo Paulo. Na primeira carta aos coríntios ele fala da Ceia do Senhor numa situação concreta: Em Corinto era habitual, naquela tempo, haver um jantar normal antes da Ceia do Senhor. Acontecia muitas vezes, que os estivadores e também os escravos não podiam chegar a tempo para o jantar. Portanto se instalou a praxe de começar com o jantar sem eles. Os ricos, tendo bastante tempo para estar presentes a tempo, justificavam-se com o pretexto de que a Ceia do Senhor, propriamente dita, começaria mais tarde, quando todos estivessem presentes. Quando Paulo ouve isso, ele fica indignado. Ouso interpretar o capítulo 11 da carta aos coríntios da seguinte maneira: "Vocês estão arruinando a Ceia do Senhor. Se vocês se reúnem sob estas condições, empanturrados ou bêbados, enquanto seu irmão está com fome, então vocês se reúnem para o próprio julgamento"!

Em outras palavras: Uma Santa Ceia ou Eucaristia que esquece o irmão faminto, a irmão que sofre e o homem humilhado, nada mais é do que blasfêmia. Não existe uma eucaristia abstrata sem referência ao mundo que sofre e geme com sua miséria.

Acho que foi um importante acontecimento ecumênico o fato da declaração de Lima pronunciar-se a respeito sem qualquer controvérsia. Trata-se do artigo 20 da convergência sobre a eucaristia, que diz: "A eucaristia abarca todos os aspectos da vida. É um ato representativo de ação de graças e de oferta em nome do mundo inteiro. A celebração eucarística pressupõe a reconciliação e a partilha com todos, olhados como irmãos e irmãs da única família de Deus; ela é um constante desafio na busca de relações normais no seio da vida social, econômica e política (Mt 5.23 ss; 1 Co 10.16 ss; Co 11.20-22; Gl 3.28). Quando partilhamos o corpo e o sangue de Cristo, há um desafio radical que é lançado a todas as formas de injustiça, de racismo, de separação e de ausência de liberdade. Através da eucaristia, a graça de Deus, que renova tudo, penetra e restaura a pessoa humana e a sua dignidade. A eucaristia envolve o crente no acontecimento central da história do mundo. Como participantes na eucaristia, pois, mostramo-nos inseqüentes se não participa-

(21) op. cit., p. 12.

mos ativamente nesta restauração contínua da situação do mundo e da condição humana. A eucaristia mostra-nos que o nosso comportamento é inconsistente em face da presença reconciliadora de Deus na história humana: estamos colocados sob um julgamento contínuo pela persistência de todas as espécies de relações injustas na nossa sociedade, pelos numerosas divisões devidas ao orgulho humano, ao interesse material e às políticas do poder, e enfim pela obstinação assumida nas oposições confessionais injustificáveis no seio do Corpo de Cristo”.

Eu admito: Este artigo parece um pouco perdido no contexto da declaração. Ele parece um corpo estranho neste contexto teológico abstrato. Também a declaração de Lima não nos ajuda no problema que agora surge entre teoria e prática. Mas o artigo está ali e nenhum diálogo ecumênico sério poderá ignorá-lo.

Esta mudança na compreensão da eucaristia não vai ser fácil. Vai ser uma tarefa dura e difícil. Para ilustrá-lo citarei uma poesia de Lothar Zenetti, um alemão, que descreve esta dificuldade na Igreja Católica, embora ache que podemos encontrar dificuldades semelhantes em nossa igreja também:

“Pergunte a cem católicos: o que é o mais importante na Igreja?

E eles responderão: a missa.

Pergunte a cem católicos: o que é o mais importante na missa?

E eles responderão: a mutação do pão e do vinho no corpo e no sangue do Senhor!

Diga então aos cem católicos que o mais importante da Igreja é a mutação.

Eles se enfurecerão: Não, tudo deve ficar como está”!(22)

3. Igreja de bispos ou comunidade de base?

Chego agora ao último ponto da declaração de Lima: a convergência sobre o ministério. O problema do ministério é uma questão da estrutura, ou seja, da constituição da igreja. Em todas as constituições das igrejas os ministérios desempenham um papel maior ou menor. Com isso topamos com o problema ecumênico da aceitação recíproca dos ministérios. Talvez esse problema seja o problema por excelência do ecumenismo a impedir até agora a aceitação mútua da igrejas.

(22) BOFF, Leonardo. **Igreja: Carisma e poder**. 3.ed., Petrópolis, Ed. Vozes, p. 109 (anotação 41).

Vou examinar esta questão aqui sob o enfoque: Igreja de bispos ou comunidades de base? A meu ver a declaração de Lima propõe uma igreja de bispos, uma "high church", como se diz na Inglaterra, uma igreja "alta". Para uma tal igreja o ministério ordenado é constitutivo. Portanto a declaração diz: "O ministério de tais pessoas que, desde tempos muito antigos, têm sido ordenados, é constitutivo da vida e do testemunho da Igreja". (Lima, ministério, art. 8)

Este termo "constitutivo" é problemática. Segundo a CA, artigo 7, a igreja "é a congregação dos santos na qual o evangelho é pregado de maneira pura e os sacramentos são administrados corretamente". Portanto, segundo a CA, são constitutivos para a igreja: a congregação dos santos, a pregação pura da palavra e a administração correta dos sacramentos.

É significativo que a convergência de Lima sobre o ministério comece com a vocação de todo o povo de Deus: "Num mundo dilacerado, Deus chama a toda a humanidade a tornar-se seu povo", (Lima, ministério, art.1). "Todos os membros são chamados a descobrir, com a ajuda da comunidade, os dons que receberam, e a utilizá-los para a edificação da Igreja e a serviço do mundo ao qual a Igreja é enviada", (art.5), Mas, ainda que o documento comece enfatizando a vocação de todo o povo, retomando com isso uma importante preocupação protestante, isso não é significativo para a convergência sobre o ministério. A meu ver isto não passa de uma confissão da boca para fora, porque constitutivo para vida e testemunho da Igreja é o ministério ordenado. Limitamo-nos aqui a esta sucinta observação. O aprofundamento deste tema precisaria uma preleção especial.

Então, a estrutura da igreja proposta pela convergência têm dois pontos principais:

a) A tripla forma do ministério ordenado

No entendimento luterano a ordenação não é sacramento. O documento fala da ordenação como um "sinal sacramental": "O ato da ordenação pela imposição das mãos, realizado por aqueles que possuem um tal ministério, é simultaneamente: invocação do Espírito Santo (epiclesis), sinal sacramental, reconhecimento dos dons e compromisso", (art. 41). Não é dito se o ordenado porta um sinal especial, mas é claro, que ele é salientado da comunidade, presidindo p.ex. a eucaristia.

Simultaneamente a declaração propõe a recepção da forma antiga do ministério ordenado, qual seja: bispo, presbítero e diácono. É necessário saber que um presbítero neste sentido não é um leigo, mas um

ministro ordenado, também subordinado a um bispo, no nosso uso da língua um pastor, padre ou sacerdote.

Todos estes ministérios têm sua tarefa especial (art. 29-31). O argumento principal para esta tripla forma do ministério ordenado é, que esta forma se afirmou na história e pode servir hoje de expressão da unidade. “Ainda que não haja, segundo o Novo Testamento, uma só forma do ministério, ainda que o Espírito tenha freqüentemente conduzido a Igreja a adaptar os seus ministérios às necessidades de um determinado contexto histórico, e ainda que outras formas do ministério ordenado tenham sido abençoadas pelos dons do Espírito Santo, o triplo ministério do bispo, do presbítero e do diácono pode servir hoje de expressão à unidade que procuramos e também de meio para lá chegar”. (art. 22)

b. O segundo ponto proposto pela declaração é **a recepção da sucessão apostólica**.

O documento distingue duas formas da sucessão apostólica:

b 1: A sucessão da **tradição** apostólica na igreja ou seja, continuidade pela permanência das características da igreja dos apóstolos.

b 2: A sucessão do **ministério** apostólico, ou seja, uma corrente ininterrupta dos ministros ordenados, tendo a sua origem nos próprios apóstolos. A garantia para a sucessão do ministério apostólico é o bispo e a sua consagração. No caso das igrejas evangélicas esta corrente foi interrompida no tempo da Reforma, segundo a Igreja Católica, p. ex.

A declaração de Lima propõe especialmente a recepção da sucessão do **ministério** apostólico pode ser um sinal — não uma garantia — da continuidade e unidade da igreja (art. 36).

Eu resumo: Numa igreja composta segundo a convergência de Lima a vocação de todo o povo está no princípio. Mas constitutivos para a igreja são os ministros ordenados na tripla forma. A tradição apostólica da igreja se expressa efetivamente na sucessão do ministério apostólico.

Penso ter ficado um pouco mais claro, por que eu chamei a concepção de Lima uma igreja de bispos. O ministério ordenado é a figura decisiva; toda a estrutura da igreja depende do ministério ordenado.

Antes de condenar precipitadamente uma igreja assim constituída, deve-se levar em conta que a comissão católico/luterana, depois de um trabalho de 11 anos, apresentou em 1985 volumoso estudo que muito se aproximou das idéias de Lima.⁽²³⁾

(23) NØRGAARD-HØJEN, Peter. Wege und Irrwege katholisch-lutherischer Kirchengemeinschaft. Eine kritische Würdigung der jüngsten Dialogergebnisse. In: **Ökumenische Rundschau**. v.4, Frankfurt/M, outubro 1985, p. 401-427.

Portanto, tenho a impressão de que a Igreja Luterana não terá muitos problemas em aceitar uma constituição da igreja como aquela descrita em Lima. O problema mais grave continua sendo o Papa, cujo ministério não foi mencionado expressamente em Lima. Nem o documento de Lima, nem o estudo da comissão mencionada, nem o Novo Código da Lei Canônica da Igreja Católica nos ajudam neste problema. Especialmente este Novo Código da Lei Canônica, que sublima o ministério papal, representa uma decepção em termos de ecumenismo.

Para elucidar a problemática da estrutura da igreja quero apontar alguns protestos contra uma igreja composta como igreja de bispos, sendo que alguns vêm da própria Igreja Católica: as comunidades de base. Eu sei que existem movimentos semelhantes na Igreja Protestante também, havendo muitos esforços de acentuar o papel dos leigos. E sei também que estas comunidades de base são comunidades da Igreja Católica, até agora inseridas na constituição e estrutura desta igreja.

Acontece, porém, o seguinte: Ali nestas comunidades de base irrompem sinais, que apontam noutra direção que não a da igreja de bispos proposta pela declaração de Lima. Sem querer ser completo, quero enumerar alguns destes sinais:

- Organização autônoma. Por causa da falta de sacerdotes muitas comunidades são forçadas a se organizarem a si próprias a realizarem elas mesmas a vida da comunidade.
- Uma interpretação própria da Bíblia. A Bíblia é interpretada no contexto da própria experiência. Não existe mais um especialista que fica entre Bíblia e comunidade.
- A comunidade a lutar por libertação. Constitutivo para uma igreja assim composta não é mais o ministério ordenado, mas a comunidade, que intervém em favor do Reino de Deus, lutando e sofrendo pela libertação de todo o povo.

Estas comunidades de base não são a maioria, nem aqui na América Latina. Elas fazem parte das "minorias abrahâmicas", como Helder Camara uma vez chamou movimentos como estes, minorias que sinalizam vicariamente como a igreja pode ser.⁽²⁴⁾

Tal concepção de igreja de baixo não consta na declaração de Lima. Mas não se deveria esperar demais do ecumenismo. Ecumenismo só é tão bom ou mau quanto as próprias igrejas participantes. As

(24) SCHOENBORN, Ulrich. Das wandernde Gottesvolk der Gegenwart. Kirchliche Basisgemeinden in Lateinamerika. In: **Junge Kirche**, v.1, janeiro 1984, p. 10-17.

comissões ecumênicas não podem resolver problemas, que são duvidosos e controvertidos dentro das próprias igrejas. Esta é uma das grandes dificuldades das discussões ecumênicas.

IV. Final

“Doutrina separa, mas serviço unifica”! Com esta citação comecei minha preleção com o tema: “A caminho da unidade das igrejas”. Talvez tenha ficado claro que a unidade das igrejas não pode ser encontrada no caminho da prática somente. Para a unidade da igreja, que é o objetivo último do movimento ecumênico, cabe refletir também sobre a doutrina.

Muitas pessoas hoje têm dúvidas se é possível a unidade das igrejas em vista dos problemas doutrinários não resolvidos com a declaração de convergência de Lima. O caminho para o consenso necessário para a unidade visível da igreja é longo e duro. Então muitas pessoas hoje ficam resignadas, não acreditando mais na possibilidade de realizar esta unidade.

No entanto, quero terminar com uma frase de um Papa, que muito aprecio, um Papa de grande espírito humano, mas também de grande espírito ecumênico. Trata-se do papa João XXIII, que disse: “No Juízo Final não seremos perguntados se nós conseguimos realizar a unidade, mas se pela unidade oramos, trabalhamos e sofremos”!(25)

(25) Citado por: KLEIN, Laurentius. **Das Ringen um die Einheit**. Trier, Ed. Paulinus, 1967, p. 167.